

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 98.091 PARAÍBA**

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA  
RECTE. (S) : VALMIR CAVALCANTE RODRIGUES  
RECTE. (S) : MARINALDO CAVALCANTE RODRIGUES  
ADV. (A/S) : GENIVANDO DA COSTA ALVES  
RECD. (A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. 1. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS. 2. SENTENÇA CONDENATÓRIA FUNDAMENTADA. 3. PRECLUSÃO DA ARGUIÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. 4. COMPORTAMENTOS TÍPICOS ATRIBUÍDOS AOS RECORRENTES DESCRITOS NA DENÚNCIA. 4. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. HIPÓTESES TAXATIVAS.

1. É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal segundo a qual não é possível reexame de provas na via do *habeas corpus*.

2. Sentença condenatória fundamentada com base nos fatos e nas provas que permeiam a lide.

3. A arguição de inépcia da denúncia está coberta pela preclusão quando, como na espécie, aventada após a sentença penal condenatória, o que somente não ocorre quando a sentença vem a ser proferida na pendência de *habeas corpus* já em curso. Precedentes.

4. Denúncia que contém "a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias", com adequada indicação da conduta ilícita imputada aos recorrentes, de modo a propiciar a eles o pleno exercício do direito de defesa (art. 41 do Código de Processo Penal).

5. Hipóteses descritas no art. 252 do Código de Processo Penal. Rol taxativo.

6. Recurso ao qual se nega provimento.

**A C Ó R D ã O**

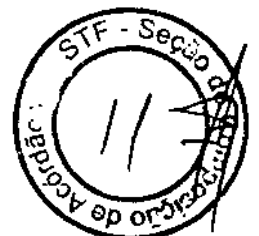
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, **em negar provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus***, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 16 de março de 2010.

*Cármem Lúcia*  
Ministra CÁRMEN LÚCIA

-

Relatora



16/03/2010

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 98.091 PARAÍBA**

RELATORA	:	MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE. (S)	:	VALMIR CAVALCANTE RODRIGUES
RECTE. (S)	:	MARINALDO CAVALCANTE RODRIGUES
ADV. (A/S)	:	GENIVANDO DA COSTA ALVES
RECD. (A/S)	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**R E L A T Ó R I O****A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Recurso ordinário em *habeas corpus*, sem pedido de medida liminar, interposto pelo advogado GENIVANDO DA COSTA ALVES, em favor de VALMIR CAVALCANTE RODRIGUES e MARINALDO CAVALCANTE RODRIGUES, contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça proferido no julgamento do *Habeas Corpus* 118.291, Relatora a Ministra Jane Silva.

**O caso**

2. Os Recorrentes foram denunciados como incurso nos arts. 157, § 3º, e 344 c/c arts. 61, inc. II, alíneas a e c, e 69 do Código Penal, em razão dos seguintes fatos narrados na denúncia:

"Entre os dias 30 e 31 de dezembro de 2003, na estrada que liga Nova Floresta-PB e Jaçanã-RN, ocorreu um latrocínio consumado, cujo alvo foi o Sr. JOSÉ ELOI DOS SANTOS, conhecido popularmente por 'Zé de Biata'. Nesse contexto, informe-se que este teve sua motocicleta e, aproximadamente, R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) subtraídos, mediante gravíssima violência, por meio de certos disparos de arma de fogo, os quais provocaram sua morte, de acordo com o laudo tanatológico encartado nos autos.

Ocorre que, com o início das investigações, descobriu-se que a vítima já vinha sendo seguida há dias por dois indivíduos,

RHC 98.091 / PB

VALMIR CAVALCANTE RODRIGUES e MARINALDO CAVALCANTE RODRIGUES, que almejavam retirar à força seu motociclo (...).

Saliente-se que tais indivíduos, depois de instaurado o inquérito policial, começaram a usar de grave ameaça contra as testemunhas, com o objetivo cristalino de não serem indiciados pela prática do delito de latrocínio" (fl. 11).

3. Em 8.12.2004, o Juízo da Comarca de Cuité/PB condenou cada um dos Recorrentes à pena de 27 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e 42 dias-multa (fls. 88-99).

4. Os Recorrentes interpuseram recurso de apelação. Em 6.7.2005, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Paraíba negou provimento ao recurso e assentou que:

"APELAÇÃO CRIMINAL - Condenação - Irresignação - Autoria e Materialidade comprovadas - Improvimento.

Nega-se provimento ao recurso de apelação criminal quando da análise dos autos verifica-se que encontram-se comprovadas a autoria e a materialidade dos delitos" (fl. 100).

5. Contra esse acórdão foram opostos embargos de declaração, rejeitados (fls. 106-112), e também foi impetrado o Habeas Corpus 118.291, cujo julgamento é objeto do presente recurso. Foram interpostos recursos especial e extraordinário pelos ora Recorrentes, ambos inadmitidos (fls. 113-114 e 115-116), decisões que deram ensejo a agravos de instrumento para o Supremo Tribunal e para o Superior Tribunal de Justiça, interpostos pelo Recorrente Valmir Cavalcante Rodrigues, ambos não providos por decisões transitadas em julgado, respectivamente, em 18.3.2009 e 31.10.2008, como consta dos sítios desses Tribunais na internet ([www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br) e [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br)) f

RHC 98.091 / PB

6. Em 2.12.2008, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça conheceu em parte do Habeas Corpus 118.291 e, nesta extensão, denegou a ordem:

"PROCESSO PENAL - HABEAS CORPUS - LATROCÍNIO E COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO QUE NÃO PODE SER EXAMINADO NESTA ESTREITA VIA - INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO CONFIGURADA - DECISÃO CONDENATÓRIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - CAUSAS DE IMPEDIMENTO DO MAGISTRADO - EXAUSTIVAS - IMPEDIMENTO NÃO CONFIGURADO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E NESTA EXTENSÃO DENEGADA.

1. Questões atinentes ao mérito da imputação não podem ser examinadas na estreita via do writ, que não comporta investigação probatória.
2. A denúncia que descreve satisfatoriamente os fatos e atribui conduta típica, em tese, aos pacientes, enseja ampla defesa e não se mostra inepta.
3. As causas de impedimento são exaustivas e não comportam ampliação.
4. Possível nulidade atinente ao co-réu, sem qualquer prejuízo aos pacientes, não pode ser alvo de sua alegação, nem contamina o processo em relação às suas pessoas.
5. Ordem parcialmente conhecida e, nesta extensão, denegada" (fl. 151).

7. Alegam os Recorrentes que:

a) "[d]e início cabe a crítica quanto ao não conhecimento da impetração relativamente à infração de princípio probatório", pois "[s]egundo a jurisprudência não h[averia] impedimento à sua análise quando as provas são consideradas para efeito de se saber apenas a validade da decisão" e "a inexistência de fundamentação da sentença condenatória [seria] por demais evidente no caso" (fl. 164);

RHC 98.091 / PB

b) a denúncia oferecida contra eles estaria inepta e que essa questão não estaria preclusa como apontou o Superior Tribunal de Justiça;

c) embora o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar a alegação de impedimento ou suspeição do juiz prolator da sentença condenatória, tenha assentado que esse vício somente foi alegado nos embargos de declaração opostos contra o acórdão proferido no julgamento da apelação da defesa, *"sequer supunham que o juiz procedera a um depoimento informal do terceiro réu, menos ainda que viesse a usar tal fato para fundamentar sua decisão"* (fl. 166);

d) o suposto depoimento informal do corréu Jádison Vasconcelos da Silva seria prova ilícita que teria sido utilizada como fundamento da sentença condenatória.

Este o teor dos pedidos:

*"Isto posto, e do mais do que dos autos consta, requer de Vossas Excelências, darem provimento ao presente recurso, para conceder a ordem pleiteada na inicial, na forma alternativa pleiteada, em atendimento aos fatos e circunstâncias expostos, por ser tudo da mais fiel JUSTIÇA"* (fl. 167).

8. Em 5 de março de 2009, determinei vista destes autos ao Procurador-Geral da República.

9. Em 5 de junho de 2009, a Procuradoria-Geral da República opinou *"pelo conhecimento parcial do recurso e, nesta parte, por seu desprovimento"* (fls. 1575-1580).

É o relatório *✍*

V O T O**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Razão jurídica não assiste aos Recorrentes.

2. Primeiramente, quanto à possibilidade de reexame do conjunto probatório dos autos em habeas corpus, o Superior Tribunal de Justiça, ao assentar "que esta via não comporta aprofundamento nas provas coligidas ao longo da instrução" (fl. 146), decidiu nos termos do que afirmado por esta Primeira Turma no julgamento do Habeas Corpus 92.971, Relator o Ministro Ayres Britto, DJe 29.8.2008: "[o] Supremo Tribunal Federal não é competente para examinar, na via processualmente contida do habeas corpus, as provas até então colhidas na instrução criminal".

3. No concernente à alegação de inexistência de fundamentação, a sentença condenatória, tal como afirma o Superior Tribunal de Justiça, "não se mostra sem fundamento, pois tendo acolhido a denúncia, esta diz claramente que os pacientes foram os executores do crime, enquanto Jadison teria atraído a vítima para que eles a matassem, além de ter dito que se encontravam plenamente comprovadas a autoria e a materialidade do delito" (fl. 147).

4. Com relação à preclusão da arguição de inépcia da denúncia, consta do voto condutor do acórdão objeto deste recurso que:

"A alegação de inépcia da peça vestibular deve ser feita antes da sentença. Se já houve a prolação de sentença, esse alegado vício não mais poderia ser alegado pela defesa nessa fase processual. Seria necessário que essa arguição fosse produzida até as alegações finais.

(...)✍

RHC 98.091 / PB

*Na sentença monocrática condenatória, juntada pela autoridade coatora, não há menção a qualquer preliminar que abordasse a possibilidade de inépcia da denúncia. Ali consta somente que os pacientes pediram absolvição e improcedência da ação.*

*Já no apelo, afirmam que a decisão foi proferida em contrariedade às provas constantes do bojo processual e que a decisão era injusta, não se coadunando com a prova dos autos e que foi fruto do comportamento do Julgador e do Promotor de Justiça, que sempre procuraram condená-los" (fl. 147).*

Esse entendimento ajusta-se à jurisprudência do Supremo Tribunal no sentido de que a questão da inépcia da denúncia está coberta pela preclusão quando, como na espécie, aventada após a sentença penal condenatória, o que somente não ocorre quando a sentença vem a ser proferida na pendência de *habeas corpus* já em curso.

A questão parece ter sido bem equacionada no julgamento do *Habeas Corpus* 70.290, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 13.6.97, no qual o Pleno do Supremo Tribunal Federal entendeu que "ao habeas-corpus impetrado antes da sentença contra o recebimento da denúncia, que se afirma inepta, se reconhece força ilisiva [ou impeditiva] da preclusão".

Tem-se, ainda, no voto condutor do julgado, da lavra do eminente Ministro Sepúlveda Pertence:

*"[N]ão é que o advento da sentença, por si só, convesça a nulidade do processo por inépcia da denúncia, mas sim, e apenas, que a decisão condenatória impede, pela preclusão, a alegação posterior do vício: não, porém, o julgamento da precedente arguição de inépcia" (HC 70.290, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 13.6.97).*

No mesmo sentido: HC 86.630, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 7.12.2006; HC 83.266, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 4.6.2004; HC 75.365, *pl*

**RHC 98.091 / PB**

Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 28.11.1997; HC 82.000, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ 13.2.2004; HC 81.790, Rel. Min. Carlos Veloso, DJ 30.4.2002; e HC 71.207, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 19.4.1994.

5. Ainda que superado o óbice da preclusão, razão de direito não assiste aos Recorrentes também quanto à alegação de inépcia da denúncia.

Tem-se na inicial apresentada pela acusação que:

"Entre os dias 30 e 31 de dezembro de 2003, na estrada que liga Nova Floresta-PB a Jaçanã-RN, ocorreu um latrocínio consumado, cujo alvo foi o Sr. JOSÉ ELOI DOS SANTOS, conhecido popularmente por 'Zé de Biata'. Nesse contexto, informe-se que este teve sua motocicleta e, aproximadamente, R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) subtraídos, mediante gravíssima violência, por meio de certos disparos de arma de fogo, os quais provocaram sua morte, de acordo com o laudo tanatológico encartado nos autos.

Ocorre que, com o início das investigações, descobriu-se que a vítima já vinha sendo seguida há dias por dois indivíduos, VALMIR CAVALCANTE RODRIGUES e MARINALDO CAVALCANTE RODRIGUES, que almejavam retirar à força seu motociclo. Tanto que ela comprou um revólver e farta munição, com o frágil objetivo de se proteger. Assim, com base nessa informação, a autoridade policial colheu os primeiros indícios contra os dois primeiros incriminados, afinal, anteriormente, eles foram apontados pelo próprio falecido como sendo os responsáveis diretos por um furto contra sua pessoa e, por tal razão, estariam tentando se vingar. Então, conforme narraram algumas das pessoas ouvidas, os suspeitos passaram a ficar no encalço da vítima e a oferecer desforra.

Saliente-se que tais indivíduos, depois de instaurado o inquérito policial, começaram a usar de grave ameaça contra as testemunhas, com o objetivo cristalino de não serem indiciados.



RHC 98.091 / PB

pela prática do delito de latrocínio. Só a título de ilustração, o Sr. JOÃO MOUSINHO DE PONTES, conforme termo de audiência ministerial anexo, compareceu à Promotoria de Justiça Cumulativa Comarcana e narrou que estava sendo coagido, apenas porque foi chamado para depor perante a polícia judiciária. Veja-se que tais inculcados tentaram acertar com EDGAR MEDEIROS DA FONSECA a eliminação da testemunha, porém, além de não haver concordância por parte do alzo, este delatou o falto ao suposto alvo. Desde então, os coatores permaneceram em local incerto e ignorado, ou seja, foragidos.

Entretanto, passados alguns meses do hediondo delito, surgiu a confissão espontânea do terceiro, que, por sinal, era amigo íntimo da vítima. Em tal profissão, JADISON VACONCELOS DA SILVA narrou boa parte dos detalhes da execução criminosa, tentando inverter a conotação de crime patrimonial para um delito contra a vida, bem como almejando inocentar os demais envolvidos. Assim, tudo leva a crer que o terceiro indivíduo realmente pode ou ter atraído a vítima para perto de seus rivais ou ter consumado diretamente o latrocínio, mas cumprindo as determinações destes, pois eles não estavam tendo condições de se aproximar do alvo sem despertar suspeitas e manobras defensivas" (fls. 11-12).

É consabido que a denúncia é peça técnica, que deve ser simples e objetiva, atribuindo a alguém a responsabilidade por um fato, tão somente. A denúncia deve conter "a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias", com adequada indicação da conduta ilícita imputada ao réu, de modo a propiciar a ele o pleno exercício do direito de defesa (art. 41 do Código de Processo Penal).

Toda denúncia é uma proposta da demonstração de prática de um fato típico e antijurídico imputado a determinada pessoa, sujeita à efetiva comprovação e à contradita, e, como assentado na jurisprudência, apenas deve ser repelida quando não houver indícios da existência de crime ou, de

RHC 98.091 / PB

início, seja possível reconhecer, indubitavelmente, a inocência do acusado ou, ainda, quando não houver, pelo menos, indícios de sua participação.

Assim, descritos, na denúncia oferecida contra os Recorrentes, comportamentos típicos, ou seja, sendo factíveis e obviados os indícios de autoria e materialidade delitivas, não há falar em inépcia.

6. Por fim, quanto à alegação de impedimento ou suspeição do juiz prolator da sentença condenatória, o Superior Tribunal de Justiça decidiu corretamente ao consignar que *"as causas de suspeição e impedimento estão exaustivamente dispostas nos artigos 252, 253 e 254, do Código de Processo Penal, não se incluindo a providência tomada, em relação à pessoa diversa dos réus, a qualquer daquelas ali dispostas"* (fl. 148).

Portanto, é de se realçar que o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, ora impugnado, guarda perfeita consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que as *"hipóteses de impedimento elencadas no art. 252 do Código de Processo Penal constituem um numerus clausus"* (HC 92.893, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 12.12.2008), não se ajustando a espécie *"a nenhum dos casos previstos em lei de suspeição ou de impedimento do Órgão do Ministério Público (CPP, artigos 258, 252 e 254), cujo rol é taxativo"* (HC 77.930, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 9.4.1999).

7. Pelo exposto, encaminho a votação no sentido de **negar provimento ao recurso**.

É o meu voto. *J*

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 98.091**

PROCED.: PARAÍBA

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

RECTE.(S): VALMIR CAVALCANTE RODRIGUES

RECTE.(S): MARINALDO CAVALCANTE RODRIGUES

ADV.(A/S): GENIVANDO DA COSTA ALVES

RECD.(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**Decisão:** A Turma negou provimento ao recurso ordinário em habeas corpus, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 16.03.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ayres Britto, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

  
Fabiane Duarte  
Coordenadora